



Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, em primeira chamada às treze horas, segunda chamada às treze horas e quinze minutos iniciou-se na Câmara Municipal de Maricá de forma presencial a reunião do CMS-Maricá com os seguintes conselheiros Titulares: Bruno de Souza Lougon, Jorge Alberto Rispoli, Juliana Nogueira dos Santos, Antônio Carlos do Rego e Souza, Rose Mary de Melo Bruce, Eliane Fontes de Araújo, Edson Gonçalves de Oliveira, Leila Maia da Silva, Adriana Domingues Picanço, Marcos de Souza Pires, Rodrigo Cantini e Marcelo Rosa Fernandes. Suplente: Moisés Antônio de Melo Abrão, Claudia Rogéria de Lima Souza e Ana Mayda Ordonez Vieira. Com a seguinte pauta: 1-Apreciação e votação das Atas anteriores (extraordinárias de 03/10 e 08/11, ordinária de 31/10, 2-Citação dos Ofícios enviados recebidos/respostas (enviados anteriormente por e-mail), 3-Apresentação relação dos processos vencidos (Marcelo Rosa), 4-Apresentação do Relatório da Comissão de Atenção Básica (Denise), 5-Aprovação da Resolução de implantação dos Conselhos Locais, 6-Convite a um representante da obstetrícia ou da Direção do Hospital Conde Modesto Leal (Edson), 7-Convite ao Presidente da FEMAR para esclarecimento sobre O planejamento de convocação das pessoas aprovadas em concurso público (Moisés), 8-Convite a Direção do Instituto GNOSIS ou um representante legal para esclarecimento sobre o pagamento da insalubridade, tanto dos dias atuais como os retroativo (Moisés), 9-Explicações seríssimas sobre descaso e negligência que estão acontecendo na UBS da Marilândia (Edson), 10-Convite ao Subsecretário da Atenção Primária o Sr. Wilson Rodrigues de Souza Junior ou um representante legal (Edson), 11-Apreciação e aprovação da PAS 2024, 12-Eleição do Presidente da Comissão de Justiça e Ética, 13-Reformulação das Comissões do CMS-Maricá, 14-Sugestão de pauta para próxima reunião, 15-Informes Gerais. O Presidente lê as justificativas de faltas das Conselheiras: Anna Quintanilha por motivo de mal estar, Daniele Torre por motivo de exame médico. **Primeiro ponto da pauta.** Apreciação e votação da Ata anterior. O Presidente pergunta se todos receberam as atas relativas reuniões extraordinárias de 03 de outubro e 8 de novembro e a reunião ordinária de 31 de outubro, se tem alguma colocação a ser feita? Coloca em votação, foi aprovado por unanimidade. **Segundo ponto da pauta.** Leitura dos Ofícios. O Presidente diz que os ofícios recebidos, enviados e suas respostas já foram postados no grupo do CMS-Maricá para ciência de todos. O Conselheiro Moisés pede que fosse lido o ofício enviado pelo grupo de WhatsApp que é de interesse de especial dos Agentes Comunitário de Saúde e Endemias sobre o retroativo da insalubridade, o Instituto GNOSIS foi convidado para estar aqui hoje, mas respondeu por ofício, acha que tudo que circula aqui é de interesse público, ele precisa de uma forma ser lido para dar publicidade. O Próprio documento cita que já teve uma articulação junto com SMS, então lendo vamos entender melhor, então queria pedir essa gentileza. Após o Presidente ler o ofício de resposta da GNOSIS o Conselheiro Moisés diz que como isso é ponto de pauta podemos deixar para falar sobre o isso no momento mais à frente, quando chegar na etapa, tá bom. Era só porque estávamos na parte sobre a leitura dos ofícios. A Conselheira Denise solicita uma inversão pauta do ponto 04, a apresentação dos relatórios para item 8 que é o convite da GNOSIS que não virá como foi justificado, para dar tempo do pessoal de Itaipuaçu chegar. **Terceiro ponto da pauta.** Apresentação da relação dos processos vencidos (Marcelo Rosa). O Presidente passa a palavra para o Conselheiro Marcelo Rosa que distribui para todos os Conselheiros cópia da planilha com os processos que irá apresentar diz que tinha mencionado em algumas reuniões atrás em fazer uma apresentação aqui, de partes dos processos da Fundação, não todos, nessa planilha temos processos que discutimos internamente com essenciais para assumirmos o serviço ao qual o escopo está desenhado para assumirmos. Aqui vão estar presentes os processos que lincamos como essenciais, justamente os que precisamos vencer para termos condições de assumir os serviços do contrato de gestão. Começa a apresentação explicando todos os processos separadamente e os seus respectivos status. A Conselheira Rose Mary fala para o Conselheiro Marcelo que como a apresentação está desfocada e a impressão distribuída está com as letras muito pequenas, então para nível de esclarecimento quando ele diz, processos vencidos, seria porque eles estão dentro dessa programação e se todos esses processos são de licitação? O Conselheiro Marcelo diz que quando falamos vencidos, eles já estão concluídos, na verdade os processos e já venceram todas as partes da habilitação burocrática e está em condições de serem utilizados ou com a ata feita, podemos fazer o uso ou até mesmo os contratos já celebrados em execução. O processo já venceu todas as etapas burocráticas precisávamos tramitar a contratação. A Conselheira Rose Mary pergunta se todos esses processos estão dentro do orçamento de 2024 ou consta do Plano Municipal? O Conselheiro Marcelo responde que os processos estão dentro do escopo da gestão e parte deles com previsão orçamentária, desde o ano passado 23/2e e também com previsão orçamentária no próximo exercício. O Presidente



49 faz uma aparte na apresentação, pedindo aos Conselheiros que por questão de organização e na hora de ouvir o áudio
50 da reunião para elaborar a ata, seria melhor que fossemos anotando os questionamentos e fizéssemos no final para não
51 ficar truncado a apresentação com tiragem de dúvida, e na hora de elaborar ata fica muito ruim. O Conselheiro
52 Marcelo diz que continua a apresentação, vai deixar o arquivo digital, envia no grupo e qualquer dúvida que persistir
53 após a apresentação, retomamos esse debate na próxima reunião do Conselho sem problema nenhum, que não precisa
54 exatamente esgotar todos os debates em torno dessa informação na reunião de hoje, fica a disposição para analisar e
55 debater melhor. Continua a apresentação dos processos separadamente. O Presidente pergunta se alguém gostaria de
56 fazer uso da palavra? O Conselheira Denise diz que gostaria porque é relativo a esse serviço dos condutores de
57 Maricá, é precário de uma situação assim anormal, pede cuidado da FEMAR para que contrate empresas responsáveis,
58 que pague salários justos e contrate pessoas preparadas. Diz que tem ido para o Rio morrendo de medo, porque as
59 pessoas realmente não são motoristas profissionais, têm dificuldade na direção, são pessoas excelentes, jamais faria
60 queixa de qualquer um deles, mas estamos lidando com vidas, nós que usamos esses transportes, precisamos que
61 tenham responsabilidade com as nossas vidas e quer aqui registrar uma queixa muito séria, o carro do Conselho foi
62 destruído, nós não sabemos como e nem porque, aonde foi, não tivemos nenhuma satisfação por parte do Conselho e
63 não temos nenhuma resposta da Secretaria de Saúde de quando vamos ter esse transporte outra vez. Ontem foi para
64 o Rio por meios próprios, para Tijuca, é uma situação muito complicada, uma despesa, já foi votado aqui há um ano
65 que ela teria diária de apoio a esse trabalho, não tem e o transporte tem sido terrível, os motoristas são extremamente
66 mal pagos, eles não tem nenhum suporte de trabalho, não tem hora extra, o pedágio e o estacionamento é o ocupante
67 do carro que paga. Não sei se é com a FEMAR ou com a Secretaria de Saúde o responsável, mas quer deixar registrado
68 em ata esse apontamento para que seja tomada uma providência. O Conselheiro Marcelo responde ao que cabe a
69 Fundação. O processo está estudando justamente para regularizar o serviço de todo o transporte de fora do município
70 de forma adequada, tem duas contratações distintas uma 40 horas e outra com escala justamente para darmos conta
71 das demandas que perpassam o horário normal de funcionamento. Segundo o processo é baseado em convenção
72 coletiva, então os sindicatos que regulamentam o tipo de serviço, o processo ele está fundamentado dentro dos pisos
73 dessas categorias que é o que temos como base legal para poder fundamentar processo, então ele está escrito dessa
74 forma, outra coisa em relação ao pedágio, todos os carros da Fundação tem autorização de passar pelo pedágio com
75 isenção, essa comunicação com todos os parqueamento de pedágio da região estão autorizados, não sabe qual é o
76 carro específico que está com o problema, mas com certeza não é da Fundação. O Conselheiro Moisés diz que
77 primeiro quer dizer ao Presidente que não tem como não dizer isso mais uma vez, pede desculpa por estar sendo
78 repetitivo, mais uma vez iniciamos uma reunião do Conselho Municipal de Saúde sem atender uma orientação do
79 Ministério Público, que é transmitir as reuniões, vamos fechar o ano sem conseguir transmitir a reunião. Lembrando
80 que isso é uma orientação do próprio Ministério Público e em cima disso, acha precisamos responder ao Ministério
81 Público, tinha coisas pra responder e não respondemos. Acha que temos que chamar o Ministério Público para
82 conversar sobre questão que ficamos aqui conversando e não conseguimos soluções efetivas, então esse é um ponto
83 que é importante deixar registrado mais uma vez e desculpa por estar sendo repetitivo. Quer deixar aqui um repúdio
84 a Secretaria de Saúde ou de quem conta direito. Hoje acontece o 4º Fórum de Saúde Mental do município. Perguntou
85 Secretária Executiva se esse Conselho foi convidado e mostra o desprestígio que este Conselho tem, diante talvez de
86 alguém, coloca figuras da Secretaria Municipal de Saúde, porque estava lá e a FEMAR também, porque no Card
87 aparecia a FEMAR, Secretaria de Saúde e Prefeitura Municipal de Maricá, então nesses três órgãos eles aparecem
88 no Card, deixa o seu repúdio pela desconsideração ao Conselho Municipal de Saúde que inclusive tem uma comissão
89 temática que trata sobre Saúde Mental e a Pessoa com Deficiência. Mas falando sobre a apresentação inicial, diz que
90 vê com muita preocupação esse relatório dos processos vencidos, porque acha que tem coisas que são da ordem aqui
91 agora. O primeiro ponto é que é um grande clima de incertezas inclusive em torno da própria FEMAR não é incomum
92 ouvirmos em diversos espaços que circulamos, a FEMAR vai acabar, não vai continuar. Por que que se preocupa com
93 isso? Por exemplo tem alguns processos aqui que falam de 134 dias, não sabe nem se a FEMAR continua no próximo
94 governo, se ela vai estar aqui, essa é uma pergunta que já gera preocupação, acha que a precisamos ter essa resposta
95 porque, ela continua ou não? Quando falamos da atenção básica, sabemos que tem uma Organização Social que está
96 para sair, é uma preocupação de que como fica o serviço, as pessoas que trabalham e a população, acha que isso já



gera uma incerteza. Sobre o ponto 1 por exemplo: Manutenção Predial, serviços comuns e continuados, manutenção corretiva na unidade de saúde da família e atenção especializada, esse processo lhe parece que ele foi vencido e ele está sendo operacionalizado. Mas queria entender o seguinte: Como é que mensuramos isso? Porquê na última reunião apresentamos um relatório da Comissão saúde Mental e da Saúde do Trabalhador e quando chegamos na Unidade vimos que são problemas graves de manutenção. Por exemplo sala de imunização mofada, ar condicionado pingando, então é um processo que está vencido, e fica se perguntando como que mensuramos, se essa parte que foi vencida está sendo de fato operacionalizada, como a Fundação faz para mensurar. Outro ponto aqui que é o ponto três e quatro lhe chamou a atenção não terem valores, todos os outros tem valores e fornecimento de equipamento de ar condicionado consta sem valores, ele está concluído, mas está sem valores. O Conselheiro Marcelo responde que pode atualizar e enviar o arquivo sem problemas. O Conselheiro Moisés continua dizendo que outro ponto é essa questão que tudo que depende da transição, tem um ponto quer falar sobre alimentação para SRT - Serviço Residencial Terapêutico, são casas, as pessoas moram lá, fica preocupado vai depender da transição, vai ter comida ou não? Um outro ponto que foi colocada algumas interrogações, que está na fase de orçamento: Contratação de equipamentos hospitalares, acha que precisa ser especificado que equipamentos são esses, poder ser os demais diversos têm que estar especificados quais são esses materiais hospitalares e o outro ponto é a Terceirização do pessoal e de material de limpeza. Ah, isso é outro ponto apresentado no relatório na última reunião que identificamos na fala de funcionário em um determinado CAPS especificamente, que tinha faltado produto de limpeza, então talvez aqui possa estar a explicação, como é uma estimativa ainda faltam 48 dias para esse processo ser vencido, parece que essas unidades não tem problemas sérios nesses próximos 48 dias com falta de material. O fornecimento e montagem do mobiliário para as unidades 28 dias ainda, apresentamos aqui um relatório que mostrava uma determinada unidade que é o CEREST que não tinha mobiliário, tem consultório não tem imobiliário. Então talvez isso aqui venha explicar, essas são as anotações iniciais que está fazendo aqui, agradece ao Conselheiro Marcelo se puder em nome da FEMAR, da tua pessoa pode fazer essas explicações um pouco melhor, para aqueles equipamentos são esses, valores que acha que estão faltantes. O Conselheiro Marcelo pede uma parte, até para estar respondendo o aparte, porque queria ter uma memória muito boa assim para lembrar de todas as ponderações. Vai começar a responder pelas que lembra e o que faltar vai lembrando para podermos irmos contextualizado as questões. Quando falamos que o processo de manutenção está vencido, uma coisa ele estar vencido e em operação e em que ele está sendo executado, em relação as Unidades tivemos muita preocupação com a Fundação de não ter duplicidade de ações, para não ter o mesmo tipo de gasto sendo organizado pela GNOSIS e ao mesmo tempo pela Fundação. Então esse processo ele venceu, entramos nas Unidades Básicas de saúde a partir desse mês corrente, foi quando a Secretaria conseguiu comunicar com a GNOSIS, ela interrompeu o contrato que ela tinha de execução desse mesmo serviço, aí começamos a falar, então a Fundação está operando parece esse tipo de serviço nas Unidades Básicas a partir desse mês, estamos com 26 dias, começando operacionalizar nas Unidades, isso em relação ao processo de manutenção. Em relação à questão do valor específico do processo do ar condicionado, atualiza sem nenhum problema, se vocês repararem são os valores estimados, essas planilhas são preenchidas com valores estimados antes do processo licitatório, que pode atualizar até muitos processos que já venceram os valores corretos licitados e outra coisa que é interessante quando falamos de ata de registro de preço, temos um valor registrado para um tipo de serviço que está na ordem da grandeza x e não necessariamente vai usar todo aquele valor, você vai usando a ata gradativamente. O próximo ponto é sobre a questão do serviço de limpeza, atual conjuntura desse serviço, não consegue responder porque realmente não está dentro da execução, fiscalização e cumprimento desse contrato da GNOSIS hoje na ponta, mas estamos licitando o nosso processo que vai também dar conta da demanda da ponta e na estruturação do processo, todos os insumos necessário para a operação de limpeza ele está dentro do escopo, uma vez que uma instituição ganha esse processo, ela não só fornece o trabalhador que vai estar nessa operação, fornece todo o conjunto, desde o material, aos insumos necessários para fazer aquela operação. E mais uma vez a Fundação ainda não está nessa operação dentro da ponta. O Conselheiro Moisés diz que o primeiro ponto foi sobre a incerteza da própria Fundação. O Conselheiro Marcelo diz que esse assunto não é menos importante, quer reiterar que a atual gestão, ela continua trabalhando incessantemente para vencer burocraticamente os processos para ter condições de assumir o serviço, assim que politicamente a gestão apontar. Sobre a especulação da Fundação acabar ou não, ele também tem ouvido, mas não pode fechar relações por boataria.



Se o próximo governo, a próxima gestão tem essa posição, até aconselho o Conselho que assim que possível chame a próxima gestão para esclarecer sobre essa questão. Hoje a informação que tem e que temos que seguir incessantemente é de perseguir ainda a finalização dos processos para ter condições de assumir os serviços enquanto antes for solucionado. Reitera a posição anterior, a planilha está aqui, qualquer indagação que ainda se desdobre, vai atualizar algumas informações e mandar para o Conselho e sendo necessário para qualquer outro tipo de ponderação a gente retorna, podemos de repente até fazer uma reunião extraordinária de fôlego do Conselho e voltamos a bater processo a processo, em relação à descrição, porque quando falamos de uma planilha de controle, não abrimos por não queria abrir, é porque seria alguma coisa de informação muito grande, mas atualiza essa informação na perspectiva do arquivo vindo para o Conselho. Abra o item, explica porque não abriu todas as planilhas. O Vice Presidente pergunta o que seria esses materiais de consumo? O Conselheiro Marcelo diz que material de consumo, todo ordem burocrática nossa do dia a dia, relativo ao experiente, exemplo: água, papel, etc.. materiais distintos para prática de funcionamento do processo burocrático. O Vice Presidente pergunta o que seria insumo 1 e 2? O Conselheiro Marcelo diz que tem insumo odontológico entre outros. Explica o porquê que separou. O Vice Presidente diz que com relação ao transporte, tivemos um processo muito grande com uma empresa de ambulância e essa empresa vem renovando o processo emergencial já a um ano, por 180 dias e agora mais uma vez renovaram por mais 180 dias, pergunta se isso vai continuar? O Conselheiro Marcelo diz que não pode responder essa questão porque é um serviço que não está dentro do escopo da Fundação, então Fundação, não tem nenhum processo interno especificamente em relação a ambulância, o que está dentro do escopo nosso que envolve transporte são as questões burocráticas internas e especificamente transporte fora do município, que do ponto de vista prático e de logística de carro está bem estruturada. Qual é a fragilidade hoje no serviço que o TFD é justamente motorista que é o processo que já temos fundamentado, aguardando a fase de licitação para acabar efetivamente de estruturar o serviço. A Conselheira e Secretária de Saúde Juliana diz que só para esclarecer a questão das ambulâncias, esse contrato, ele é vinculado à Secretaria Municipal de Saúde já de longos anos é contrato com oferta de Ambulância para fazer um transporte inter hospitalar, que chamamos de UTIH quando você faz uma transferência de paciente de uma unidade para outra e leva para fazer um exame fora da unidade hospitalar. No dia 08 de agosto desse ano, tivemos um processo de licitatório já em curso desde o início do ano para que fosse definido, a empresa vencedora, mas esse processo foi impugnado, então foi aberta uma nova etapa, dentro do trâmite administrativo da Prefeitura, que já está em curso, processo licitatório, mas se não fosse feito um processo emergencial, estaríamos em desassistência e não teríamos como ter oferta de ambulâncias para fazer o transporte interhospitalares dos pacientes. Hoje cada uma das nossas unidades da urgência e emergência possuem uma ambulância, uma ou duas, em alguns caso até três como o é HMCML para fazer todo esse serviço que é vital, um serviço que não é eletivo, é um serviço de urgência e emergência, então por isso que existe nessa condição, mas um contrato que foi renovado, esse emergencial foi renovado com cláusula resolutiva, assim que o processo licitatório for vencido na prefeitura e a empresa vencedora assinar o contrato, a empresa atual que está dentro de uma vigência emergencial, ela vai ser retirada, ela tem um prazo de 60 dias para saída e a entrada da nova empresa. Diz que só para explicar que é um cenário muito delicado pela importância do serviço e o quanto isso impacta a vida das pessoas. Sobre o carro do Conselho foi um acidente, teve uma perda total do veículo, a Secretaria de Saúde, ela possui dois contratos, atualmente um contrato de veículo com a empresa Localiza e esse veículo do Conselho está dentro desse contrato, então o contrato prevê desde de seguro até mesmo o seguro para furtos, para qualquer dano ou acidentes, então o carro e passou por uma avaliação e pelos tramites processuais dentro do que é exigido no contrato firmado entre a Secretaria e a Locadora de veículos, o que aconteceu nesse período, não temos só o carro do Conselho, mas existe mais um veículo que também teve danos e a empresa simplesmente não respondeu, eles simplesmente não nos estabelece nenhum tipo de resposta por e-mail e nem por telefone e nós acionamos, fizemos ali dentro do que é previsto no contrato, uma forma de trazer uma punição prevista no contrato, para empresa pelo fato da falta de resposta. Parece que na semana passada eles resolveram responder para trazer os encaminhamentos, porque a avaliação dos danos causados e o valor disso tudo já foi realizado, ficamos no aguardo da empresa nos dizer quando que seria o reparo e nos mandar um veículo reserva, porque a partir do momento que isso está previsto no contrato, que você tem um veículo que sofre um dano e ele precisa sair para um reparo, você precisa de um veículo reserva e a empresa não nos encaminhou o veículo, por isso entramos dentro de um processo



administrativo para pressionar o ponto de vista que é contratual, para que nos responda. E o que tem da Coordenação de Logística e veículos é que quando há demanda do Conselho os veículos são disponibilizados. A Conselheira Denise diz que não tem reclamação quanto a isso, tem servido sim. A queixa, Marcelo, que no processo futuro é necessário que se tenha muito cuidado com essa contratação. Não é justo que motoristas que não tem aptidão para dirigir e não tem expertise em trânsito vão para o Rio de Janeiro, porque nossa vida fica em risco e ela tem sentido medo, a condução tem sido bem complicada. São pessoas maravilhosas, extremamente atenciosas, agora no caso de ser pessoas simpática, não pode se misturar as coisas e continuar em risco, porque não é justo. Ontem foi para o Rio Comprido por um acidente, não foi uma coisa proposital, o carro não foi pegá-la, foi de condução, é longe, cheguei com uma hora de atraso é muito ruim isso, não pode acontecer, e o Conselho tem toda essa parte de representação da Metropolitana II, temos que estar em todos os municípios da Metropolitana II, então é necessário ter um carro à disposição sim, mas reforça, com motoristas que estejam aptos a dirigir, a conduzir os Conselheiros porque é muito desagradável uma pessoa que tem dificuldade de dirigir estar exercendo a função do motorista. O Conselheiro Marcelo diz que estamos estruturando o processo para que ele esteja enquadrado dentro do escopo que é o mercado dentro dessa matéria, agora quando falamos em contratação de motorista é motorista profissional e não o motorista que só apresenta uma carteira B, ele tem que ter a autorização, esse tipo de controle vamos fazer sobre uma empresa, não posso dizer que quero motorista A, B ou C porque essa contratação é da instituição. A Conselheira Denise diz que não é isso não, a empresa tem a responsabilidade de contratar o que está apto. O Conselheiro Marcelo diz que precisamos superar a contratação, hoje estamos aguardando a equipe de transição liberar, tão logo conseguirmos publicar e vença o processo licitatório, todos os tramites do controle sobre execução, vamos fazer com certeza, dentro do escopo que está previsto. Fala com o Presidente que ele e a Conselheira Cláudia tem reunião às 15 horas com a equipe de transição e a Fundação. Tem um ponto que ele ainda está envolvido, se possível ele pode ficar até as 14:45h dar tempo para eles chegarem na outra reunião, se possível antecipar esse ponto. **Quarto ponto da pauta.** Apresentação do Relatório da Comissão de Atenção Básica (Denise). O Presidente passa a palavra para a Conselheira Denise diz que vai fazer um resumo porque a demanda é muito grande. Tivemos na construção do Conselho local no mês passado, as representantes do Recanto de Itaipuaçu estão aqui. O que acontece o Posto do Recanto da Itaipuaçu é uma aberração, tem falado isso aqui há anos. É representante legal de Itaipuaçu, tem brigado muito, é um posto que não tem sala para atendimento. Não tem sala de espera, as pessoas ficam na chuva, no sol, e a demanda é gigantesca, é de 8 mil cadastrados, se não se engano, quando não há condição de atender mil e há muitos anos veem dizendo o maior atendimento do posto do Recanto vem do Recanto 3, a FEMAR está com seus contratos vencidos, suas licitações, chegou a hora da FEMAR se mexer e fazer um posto no Recanto 3, com a máxima urgência e reequipar dando mais condição de trabalho aos profissionais do posto Recanto atual, a farmácia é no corredor, a sala dos ACS é dentro da copa junto com o pessoal da limpeza. Eles não têm mais condição de existir, não há como se esperar, tem uma equipe muito especial, graças a Deus agora, já implantado o Conselho Local em Itaipuaçu, elas já estão se reportando ao Ministério Público. Então chegou o momento da FEMAR e a Secretaria de Saúde tomar uma Providência imediata não há mais condição. Quem que está acontecendo, os pacientes estão chegando, saindo briga entre o paciente e os profissionais, o pessoal do posto está sendo agredido e tem umas lá que já deveriam estar fora também, entendemos que o profissional está estressado e cansado, mas lá existem pessoas que provocam mais problemas ainda, mas também as defendem como é que trabalha num espaço que não cabe 10 pessoas para atender 8 mil pessoas, é completamente imoral. E assim vamos para o posto do 53, tem quatro equipes e é o corredor, menor condição e outra discrepância e uma situação absurda, do lado desse posto tem um espaço gigantesco onde já poderia ter sido construído quantas salas fossem necessárias, sendo que, também o posto dá 53 por deficiência de atendimento odontológico em outros postos que é uma deficiência também do Recanto, que não tem atendimento odontológico, até essas cidadãs que estavam lá pediram atendimento para acamados, isso é um outro erro gravíssimo, as pessoas idosas e mesmo jovens que estão acamados e não tem como se locomover sentem dor de dente, passam muito mal e não tem atendimento porque não saem de suas residências. Foi pedido à Coordenadora da OS GNOSIS a doutora Débora fez uma ligação, colocou no viva voz com essas pessoas e ela ficou de resolver. O posto da 53 precisa de uma obra imediata de ampliação. O Posto Chácara de Inoã é uma vergonha para Maricá, terra eldorado, o posto é horrível. O povo está muito maltratado e os profissionais não tem mais condição de trabalhar da forma que estão trabalhando. É



uma casa antiga em ruínas, horrorosa, pequeninha com um quintal gigantesco que não é compreensível que a nossa cidade mais que milionária não tenha tomado uma providência. Diz que o Posto de Inoã 2, ela e Conselheira Rose Mary visitaram o posto, mas não vai ler o relatório todo, esse relatório vai ficar à disposição de todos os Conselheiros porque quer abreviar o máximo possível. Nós estivemos lá fazendo uma vistoria ficamos encantadas com a equipe que trabalha lá, é um desperdício não se dá atenção a uma equipe que faz um trabalho bacana, lá tem profissionais com vontade de acertar, uma gerente excepcional, as dentistas são ótimas. Tenho uma atenção especial do NASF justamente porque a equipe do posto é bacana. Fomos na farmácia do posto, o povo fica na chuva e no sol para pegar medicamento, quer dizer esse povo que fica ali nesse sol que está hoje, se sente mal, ele agride o agente da farmácia, ele se irrita, ele não tem paciência e não tem que ter. Quando atrás do posto tem plena condição de se fazer puxadinho, sala, obra o que quiserem para por essa farmácia lá atrás. É outro posto que tem um espaço extraordinário do lado de fora e dentro o trabalho é exprimido. Também detectamos uma coisa muito interessante, a sala do dentista dá curto elétrico, pega fogo no fios de vez em quando, porque a aparelhagem está lá, é obsoleta, antiga e com a carga com o uso das cadeiras vive dando curto circuito, com isso as dentista levam vários sustos e morrem de medo de morrer esturricadas. A frente do posto uma varanda enorme aberta, onde tem chuva e sol, porque já não se fechou e climatizou para transformar em uma sala de espera? Vai pedir a Secretária Executiva para fazer um ofício para a Secretária e para o Sr. Marcelo encaminhando essas situações mais emergenciais que sejam providenciadas. O Posto de Saúde Guaratiba, desativar um banheiro para fazer sala de procedimento, antes estava um buraco no chão, vamos falar esses profissionais são malucos, não de outro jeito, um banheiro só, para toda a equipe que trabalha lá, para os médicos, os profissionais, pessoal da limpeza, Agente de saúde e para os pacientes. Um posto em péssimas condições, voltamos, temos maus profissionais temos, tempo profissionais ruins, temos profissionais que querem trabalhar e mostrar serviço e não é dado a eles a menor condição. Conclusão os postos de Guaratiba, Chácara de Inoã, 53, Inoã 2 e Recanto é emergência, não tem mais condições de esperar, porque são situações que estão prejudicando severamente o tratamento do usuário. A atenção primária foi criada para evitar inchaço dentro dos hospitais para evitar que as pessoas tenham agravante, fez um resumo, a Comissão de Atenção Básica tem trabalhado com muito afinco, dificuldade tremendas e inacreditáveis, temos passado por dificuldade seríssima, mas nós temos feito um trabalho é o máximo que nós podemos, a Conselheira Rose Mary faz o relatório, ela se retirou da Presidência por dificuldades muito sérias, mas hoje está na Comissão para contra contribuir e colaborar, quer pedir a FEMAR e a Secretaria, por favor, faça um esforço máximo para resolver essas questões que não são muitas, mas são muito sérias e severas, e estão causando transtornos graves. Pergunta a Conselheira Rose Mary se quer acrescentar alguma coisa. A Conselheira Rose Mary diz que gostaria de lembrar que nessa última visita no dia 14/11, foi detectado também em Inoã 2, que eles estão sem câmara frigorífica para o acondicionamento das vacinas. Então elas estão vindo e voltando, estão ficando acondicionadas naqueles cooler (naquelas caixas retangulares) que são térmicas também, mas eles já fizeram esse pedido e ainda não foi atendido, da Câmara e da geladeira. Eles colocam as vacinas na geladeira comum, no congelador e utiliza aquele gelox. Ela falou esse termo um gelzinho e fica lá para poder colocar nessas caixas térmicas e proporcionando a temperatura ideal, tem um termômetro com cabo extensor corretamente, mas o correto mesmo seria a geladeira e/ou a câmara para o condicionamento desses imunológicos. O Presidente deixa uma sugestão para a Comissão de Atenção Básica, para que assim que possa pudesse fazer uma visita lá no posto de saúde de Itaocaia Valley, muito embora a unidade seja nova, mas já conta com alguns problemas estruturais, seria mais adequado que a comissão pudesse ir lá e fazer esse relatório para que conseguíssemos, com o peso da comissão, encaminhar para a Secretaria e para Fundação para ajudar nos reparos dessa estrutura, porque o pessoal já está tendo algumas dificuldades. Só para fechar aqui é uma queixa lá do Recanto de Itaipuaçu. É uma coisa muito grave. A Conselheira Denise diz que uma queixa da Cidadã Salete, do Recanto de Itaipuaçu, é uma coisa muito grave, a águas do Rios não chegou lá e o povo do Recanto corre sério risco, principalmente as pessoas em situação de vulnerabilidade estão consumindo água de poço que é extremamente condenada, sabe que isso não é parte da Secretaria de Saúde, mas é importante que a Secretaria de Saúde busque uma forma de solicitar ao órgão responsável que tome providências nesse aspecto porque, muitas doenças podem ser provenientes desse problema, viu Dra. Juliana e seu Marcelo, ficará aqui essa solicitação para que vocês se atentem que a vigilância sanitária ou seja qual for o caminho correto, vá até o Recanto de Itaipuaçu para se dar conta do problema sério que é a água lá, que as pessoas têm mais condição, compram



a água do seu consumo, agora lá tem uma comunidade muito grande, duas, que é a Morada das Águias, os Sem Teto no caso, três e o Mato Dentro, essas pessoas estão consumindo água de poço, então o transtorno é muito grande e acontece na saúde, muitas das vezes a saúde não sabe nem porquê. A saúde tem uma demanda maior do que pode absorver quando a solução pode estar em a Secretaria de Saúde solicitar ao Estado, ao Ministério, não sabe onde que seja, para que seja levado água potável para o Recanto de Itaipuaçu. O Conselheiro Marcelo faz dois comentários em relação ao relatório. Pede ao Conselho que envie o relatório para ele dar uma olhada e ajudar dentro da medida do possível e do que for viável com o contrato de manutenção tentar adentrar em alguns problemas relatados por vocês mais agravados, para de uma forma tentar criar algum tipo de solução, isso em relação as unidades que existem. Em relação à questão do Recanto, temos discutido, muito incessantemente, do ponto de vista de criar solução, já identificamos que não tem área pública compatível para uma Unidade, ali sofremos com problema de adensamento, porque é um final de cidade que está muito adensado, poucas áreas que temos aí, hoje são privadas, já estamos discutindo a perspectiva de uma desapropriação de uma área para uma efetiva construção. Paralelo a isso que é importante falar, temos um processo de construção de 15 unidades em andamento. Infelizmente vem sendo um guerra com o Tribunal de Contas do Estado esse processo; ele está há mais de um ano com idas e vindas de respostas em relação a estruturação do processo, fizemos uma última resposta, estamos guardando o corpo técnico instrutivo do Tribunal Federal se manifeste sobre a resposta que apresentamos se é satisfatória e se atende para termos o processo liberado, e colocar de novo na rua. O processo na sua opinião que consigamos, a nossa limitação vai ser de ordem orçamentária, temos condições de fazer as 15 unidades? Vamos conseguir fazer as 15 unidades? vai depender muito do manejo de debates orçamentário, em paralelo a esse último que falamos que já está aguardando a publicação, que fica literalmente atrás da UPA. Temos perseguido identificar áreas da cidade, para estruturar processos para construção de unidades, sabemos que a maioria das nossas unidades hoje estão completamente fora das normativas técnicas e temos perseguido justamente a solução disso. Provisoriamente falando, a equipe da manutenção, com o contrato que temos, estão entrando nas Unidades e vendo o que é possível fazer, como já entraram a partir do início desse mês agora, Já estão fazendo o levantamento da demanda e pensando em algumas intervenções, mas vai pegar o relatório de vocês e vai bater internamente também. **Quinto ponto da pauta:** Aprovação da Resolução de implantação dos Conselhos Locais. O Presidente pergunta se algum Conselheiro não recebeu a Resolução da implantação dos Conselhos Locais? A Conselheira Denise diz que isso já passou e não sabe porque está sendo repetido. O Presidente coloca em votação nominal, foi aprovado por unanimidade. Os Conselheiros Marcelo e Cláudia se despedem, desejando um bom final de reunião e saem para a reunião com a equipe de transição. **Sexto ponto da pauta.** Convite a um representante da obstetrícia ou da Direção do Hospital Conde Modesto Leal (Edson). O Presidente pergunta quem veio fazer essa representação e convida o Dr. Thiago para fazer o uso do púlpito. O Dr. Thiago diz que é Diretor Técnico do Hospital Conde Modesto Leal e foi convocado pelo Conselho para dar alguns esclarecimentos. O Conselheiro Edson diz eu foi ele que pediu esse ponto e gostaria de saber o que foi feito em relação à mortalidade de prematuros e recém nascido que estava acontecendo reincidentemente no hospital, quais foram as medidas tomadas, se o profissional foi afastado e assim por diante. O Dr. Thiago diz que esse relatório já entregou para a Secretária Juliana, fez o afastamento e demissão de oito obstetras da unidade, fez uma reformulação do corpo dos obstetras. Lembrando que assumiu em fevereiro e já tinha notado umas deficiências técnicas, solicitou curso de aperfeiçoamento à Mahatma Gandhi que foi realizado, entregou um relatório a Secretaria de Saúde mostrando a presença dos profissionais que realizaram, cobrou todos os profissionais, além de uma mudança estrutural dentro da Unidade e até convida o Conselheiro a visitar a Unidade, fez uma reforma colocando cortinas, mudando alguns fluxos, trabalhamos continuamente junto com a Secretaria de Saúde para fazer o melhor possível e a mudança, além de alguns fluxos do município, que estavam sobrando para o Conde porque, somos uma maternidade de baixo risco, e estávamos recebendo muitas pacientes especialmente de alto risco por um fluxo mesmo do município que cresceu muito, a demanda foi muito alta. O Hospital Azevedo Lima não está conseguindo suportar a própria demanda que começou a estourar aqui em Maricá. Fizemos uma reunião junto com atenção básica, chamou a Débora da atenção básica para poder organizar isso junto com a Dra. Juliana para tentar entender a melhor forma porque essas pessoas grávidas estão chegando para nós, que não deveria estar chegando, mas damos todo o suporte, então basicamente fizemos uma reformulação estrutural da equipe, aperfeiçoamento da equipe, além disso todas os casos que tiveram questionamento



leveu todos para o CREMERJ, eles estão sendo avaliados. O Conselheiro Edson agradece os esclarecimentos, diz que isso é tão importante e agora estamos tendo a transmissão ao vivo que chega na população, porque as pessoas estão com medo de ir para o Conde para poder ter os seus bebês e estão indo para outros municípios. O Vice Presidente pergunta quantos obstetras tem no plantão e a quantidade de partos feitos ao dia? O Dr. Thiago diz que são três obstetras 24 horas e uma rotina, além de uma Coordenadora muito presente agora na Unidade, vai passar para a Coordenadora da obstetrícia que tem maior propriedade para isso, mas uma média mensal em torno de 100 partos. Passa a palavra para a doutora Andreia que se apresenta, dizendo que é médica obstetra e que está coordenadora da maternidade no momento, estamos com fluxo aumentado, quando ingressou na Maternidade, há dois anos, tínhamos uma média de atendimento em torno de 15 a 20 atendimentos de emergência, hoje em dia estamos com 74 atendimentos por dia, nós estamos com uma média de internação em torno de 10 a 14 pacientes, partos normais, temos uma média de 04 partos normais por dia, o índice de cesariana tem aumentado devido a abordagem dos pacientes de alto risco que estamos recebendo na unidade, então neste momento nós temos 05 pacientes para ingressar na cesariana. O Vice Presidente pergunta se isso não seria um motivo para junto com a Secretaria de Saúde analisar mais esse serviço? A Dra. Andreia responde que sim, que estão com um aumento do espaço físico, principalmente porque temos apenas 11 leitos para atender as nossas pacientes, temos apenas duas salas de pré parto. E fora que aumento do índice de atendimento de pacientes ginecológicas, pois as pacientes vão procurar a atenção básica, as pacientes que têm metrorragia, endometriose, com DIP que não conseguem atendimento em outro hospital estão vindo para nossa unidade e estão ficando internadas. Esse tipo de paciente, infelizmente nós temos que internar fora da Maternidade, procurando leito onde agente consegue, por exemplo: Na clínica médica e pós-operatório. O Vice Presidente pergunta se isso é legal? Essa internação fora da maternidade vocês conseguem conter esse fluxo? A Dra. Andreia responde que conseguem dar atendimento às pacientes, mas conter ou fechar a porta não conseguimos, porque temos que atender essas pacientes porque elas não têm mais onde ir, tem paciente com metrorragia estamos com cirurgia agendada no Che Guevara e não estão conseguindo fazer o procedimento, paciente que aguarda em torno de 02 anos na fila, com metodologia e hemoglobina de 5.5. A UPA de Inoã transfere paciente diretamente para o Conde, recebemos pacientes que vêm com queixa ginecológica e quando chega, é avaliada, e direcionamos. Cita casos ocorridos até com risco de morte. O Vice Presidente pergunta se Isso tem risco de morte, e se a Secretaria de Saúde sabe disso e tem conhecimento deste caso? passou para ela que tivemos um aumento grande no número de pacientes. O Vice Presidente pergunta se esses pacientes que vieram a ter esses problemas poderiam ser algum deles, acarretado por isso? A Dra. Andreia pergunta se ele está falando da questão dos pacientes que tiveram o óbito? Não. A Conselheira Denise diz que dirige um programa em Itaipuaçu, onde atende a média de 50 famílias e tem recebido queixas de parturientes muito sérias, inclusive está junto ao Ministério da Saúde e da ouvidoria Nacional do SUS tentando implantar uma ouvidoria obrigatório pós-parto. A queixa é desse procedimento de subir nas costelas, não sabe o termo, isso tem sido praticado muito no hospital, porque isso é condenado pelo Ministério da Saúde. A Dra. Andreia diz que não é praticada a manobra de Kristeller nos partos normais, mas no parto cesariana não tem como fazer a retirada do neném sem fazer a pressão no abdômen no procedimento para cesariana. Cita um fato ocorrido na semana passada de um pai que foi agredir a equipe médica durante o procedimento de cesariana, porque a médica foi fazer essa pressão para retirada do neném de um parto de difícil extração. Afirma que essa manobra só é realizada na cesárea no parto normal não. A Conselheira Denise pede desculpa à Doutora, diz que os relatos que recebe é de cortar o coração, é joelho na costela onde a paciente fica sem ar, não é uma pressão simplesmente, é uma prática que tem acontecido no hospital que é muito sério, de desumanidade, não estar acusando da senhora ou doutor, isso pode acontecer em momento que vocês não estejam presentes, mas quer que seja verificado com muito cuidado, porque não foi uma nem duas, foram várias. Inclusive a mulher hoje quando engravida o maior pavor é ter que ir para o Conde. Nós sabemos que a estrutura é ruim, o espaço é ruim, mas há assim profissionais lá bastante complicados. Cita o caso de uma menina de 52 quilos, de Itaipuaçu, sua cadastrada na Casa de Maria. Ela teve joelho nas suas costelas onde ela ficou com dificuldade de respirar e até hoje ela sente de dor. Tem um ano que ela fez o parto, isso é criminoso e monstruoso. Diz que essa manobra não é mais recomendada pelo Ministério da Saúde, pelo contrário é condenada. Inclusive conversou isso com o Ministério da Saúde, falaram que a manobra de Kristeller, gostaria muito que quem está à frente da maternidade do Conde, mesmo sabendo de toda precariedade de espaço, de pessoal humano,



que haja mais humanidade. Tem recebido relatos muito tristes que lhe dá vontade de fazer um escândalo, mandar a polícia tratar de profissionais desumanos, porque é uma hora mais difícil para a mulher, quando temos mais insegurança e até foi criada a lei de mulher não pode mais ser atendida sem acompanhante, como não há espaço no Conde, há de se entender que nem todo momento pode se ter um acompanhante. A Dra. Andreia diz que durante o trabalho do parto as gestantes têm direito ao acompanhante. Desde o momento que elas fazem a ficha, elas acordam com o acompanhante. Antes não era permitido acompanhante do sexo masculino, quando ela ingressou na maternidade como médica plantonista, conversou com a equipe e falou que é lei e que a paciente tem direito de escolher quem vai ficar do lado dela, porque antes era uma outra Coordenação, porque trabalhou em outras maternidades. Então era direito da escolha da paciente se ela quisesse que estivesse do lado dela, depois de muita conversar houve essa troca, que não era ela como Coordenadora, antes era outra Coordenação. A Conselheira Denise fala para a Dra. Andreia que deseja que ela consiga, porque está muito triste, o Conde hoje é uma grande vergonha para o nosso município, todos os relatos da maternidade do Conde são muito ruins, de mães, avós, muito triste, não é aquela queixa irresponsável e tolo, é uma queixa de mágoa de ver. Até o procedimento que acontece no hospital que espera que seja corrigido precisa-se de um leito porque a carga é muito grande, então a parturiente que recebe alta sem condição ela é sentada numa cadeira para guardar que alguém venha busca-la. A Dra. Andreia diz que isso acabou, não estamos fazendo mais isso. A Conselheira Leila pergunta ao Dr. Thiago a partir de quando ocorreram as demissões que citou no início. Porque tiveram pelo menos dois casos apresentados aqui no Conselho de grande repercussão e se essas demissões foram referentes a esses dois casos ou se antes? O Dr. Thiago diz que assumiu em fevereiro e já estava respondendo o primeiro processo que foi na gestão anterior. Nas primeiras reuniões começou a fazer as reformulações que a própria Andreia, que é a Coordenadora da Maternidade e que ele fez a demissão e colocou a Dr. Andreia como uma Coordenadora mais presente na unidade, e a partir de março, mas começou as demissões, ao longo desse período foram oito. A Conselheira Leila pergunta se referente a esses dois casos que ele deve saber, os funcionários que estavam envolvidos tiveram algum tipo de punição? O Dr. Thiago responde que toda área médica da onde é responsável encaminhou todas para avaliação do CREMERJ, entrou junto ao Conselho de ética, para trâmites para eles responderem para o Conselho todos os médicos envolvidos. O Presidente agradece em nome do Conselho a participação do Dr. Thiago e da Dra. Andreia, e coloca sempre esse espaço aqui à disposição do HMCML. **Sétimo ponto da pauta:** Convite ao Presidente da FEMAR para esclarecimento sobre O planejamento de convocação das pessoas aprovadas em concurso público (Moisés). O Conselheiro Marcelo diz que tínhamos um primeiro planejamento pactuado com a Secretaria de mobilizar toda a parte especializada para agora. na verdade não todas, dentro da especializada identificamos que tinha uma fatia dela que ainda era vulnerável mesmo com o serviço prestado pela GNOSIS, entraríamos numa mobilização grande de quase 200 pessoas, sendo que no debate já de transição. Pactuamos de mobilizar no primeiro momento 48 da especializada, fizemos o chamamento, tivemos de resposta 32 e 16 espaços não conseguiu ser preenchidas. Então devemos entrar numa segunda rodada de complementação desses 16 dessa primeira convocação, mas qual é grande questão em relação ao calendário de uma maneira geral. Hoje por hora estamos aguardando justamente o debate com a equipe de transição, toda a mobilização que fizemos agora do ponto de vista prático, impacta sobre o próximo exercício e não vamos fazer nesse momento de uma maneira imprudente e à revelia, então temos até uma reunião agora às 15 horas com a equipe de transição. Tem vários pontos possivelmente esse ponto vai surgir, como um ponto a ser debatido e amadurecendo com a equipe de transição um calendário para efetivamente trazemos. Hoje, se você perguntar, qual é o calendário? Qual a perspectiva? Não temos um calendário hoje montado, estamos aguardando justamente esse debate junto à equipe de transição para, a partir disso começarmos adentrar, tanto na mobilização da especializada, na Atenção primária, toda essa parte dos Agentes Comunitários e de Endemias aguardando Justamente esse próximo cenário. O Conselheiro Moisés diz que não é uma questão de posições estruturadas, entende o momento da transição. Enquanto Servidor da educação é o que escuta muito, Maricá não constrói escola por exemplo, tem ouvido isso ultimamente, depende da transição para pensar planejamento de Construção de escola, só que é um ano letivo, ele não vai esperar, ele vai começar. Hoje aqui no debate trazendo aqui para saúde, ouvimos isso durante várias partes, dependendo da equipe de transição, mas o ano e os problemas eles não vão esperar, eles vão continuar acontecendo e quando fala do concurso da FEMAR especificamente, foi feito um concurso, nenhum concurso é feito sem algum rito, cita os ritos. Diz que o



concurso foi aberto no período anterior está finalizando mais um ano, mais um exercício e sem nenhum planejamento assim claro eu te entendo de verdade. Sempre deve ter transição só pegando inclusive o que você acabou de falar que não sabe se a FEMAR vai acabar, mas, pode responder pelo momento agora e que está tentando vencer tudo que compete a sua gestão, talvez nem esteja na próxima Gestão, são as incertezas que vivemos. Diz que entende tudo isso, entendendo o teu compromisso diante da tua fala de vencer tudo que for dentro da tua gestão, acha que precisa vencer a etapa da convocação dessas pessoas, precisa ser prioridade, porque enquanto munícipe e Servidor da cidade tem uma preocupação, inclusive, qual é o apagão que esse serviço pode ter? que risco corre se não fizerem essas contratações das pessoas? Sabemos que o contato com a Organização Social, vai vencer, vai ter um vazão, como é que vamos fazer? Contrata-se outra organização social? bota para dentro? contrata de qualquer jeito? e não convoca o pessoal? Como faz? Acha que precisa ter uma resposta. Pergunta para a plateia se tem alguém que fez o último concurso que está esperando. Diz que é uma vida de pessoas que ela está lá fora esperando, que são pessoas que estão trabalhando, inclusive, nesse momento na própria OS. Então quando vem insistindo nessa pauta com Marcelo, é porque entende a questão da transição, pede ao Conselheiro Marcelo em nome dessas pessoas que estão aqui, já que você está com uma reunião hoje e diante do compromisso que falou “que precisa vencer e quer vencer tudo que compromete a sua gestão “ que isso possa ser vencer durante a tua gestão, porque que envolvem muita coisa, envolve a cidade e a vida de pessoas e precisamos dar uma resposta para essa galera que foi aprovada nesse concurso e até o momento aguarda e já estamos falando disso, pelo menos há 4 meses. Pelo menos pautando no Conselho Municipal de Saúde. O Conselheiro Marcelo diz que tanto defende o modelo concurso que defendeu internamente. A gestão teve num linear de debate a seguinte dicotomia: Fazemos um processo seletivo simplificado já entra no concurso, pactuado com a atual gestão, se defendeu, já fazer o concurso, qual era a nossa defesa, já era a nossa linha, defendíamos que não tivesse uma primeira ruptura na transição da GNOSIS num processo seletivo simplificado para depois ter um segundo momento de transição que, na perspectiva do serviço de ponta na atenção primária seria um desastre, então a defesa por concepção, tenha certeza de termos compromisso com isso, defendemos isso internamente, se pudesse hoje efetivamente mobilizar grande parte do concurso mobilizava, mas é um Gestor que está dentro de uma estrutura hierárquica, não pode fazer uma ação por si mesmo, porque não é sim que as coisas funcionam, hoje sim, estamos num debate de transição, assim que pactuarmos com a transição efetivamente em que momento vão se dar essas mobilizações elas se darão agora acha o Conselho pode chamar a equipe de transição para fazer uma interação sobre isso, é salutar, direito do Conselho essa fala, agora não posso falar que vai mobilizar o concurso amanhã desculpa, do ponto de vista da gestão seria uma irresponsabilidade sua, não que não queira, mas seria, precisa efetivamente alinhar isso no ponto de vista de gestão, com quem é devido, com a atual gestão e com a gestão futura, então hoje queria até trazer para vocês que a parte da semana que vem estamos mobilizando, mas não tenho como fazer essa fala, entenda e desculpa, não é porque não queira. Agora concurso está na validade, homologamos o concurso no início desse ano, tem validade de 2 anos, prorrogáveis por mais dois anos, é claro quem passou no concurso quer ser chamado ontem e não está falando que essa posição não seja legítima ou não. Agora estamos aqui com responsabilidade, passando a informação que é possível passar dentro da amplitude que temos hoje, estamos há um mês de uma transição do governo, então estamos impactados ele a Conselheira e Secretária de Saúde Juliana com várias ações do ponto de saúde com a equipe de transição. O Conselheiro Moisés diz que gostaria de deixar pactuado e consignado em ata já que você está indo para uma reunião hoje com a equipe de transição e está se comprometendo em pautar essa questão dos concursados, se pode trazer na próxima reunião tentar trazer uma resposta mais palpável, entendendo que você vai estar com outras pessoas do próximo governo, da próxima gestão e que numa próxima reunião desse colegiado, você enquanto Conselheiro possa pautar essa questão. O Conselheiro Marcelo diz que está indo para a reunião com a equipe de transição têm a temática Fundação para se debater, pode trazer na próxima reunião informes se conseguirmos alcançar ou não sobre a temática. O Conselheiro Moisés diz que é fundamental o Marcelo, na condição de Conselheiro, acho que ele aponta uma pista que é interessante para esse colegiado que é convocar a equipe de transição, porque por exemplo, quando falamos da atenção básica, não estamos falando de algo pontual, estamos falando em geral, em Maricá na cidade das utopias é algo geral, insiste aqui mais uma vez, acho que precisamos trazer outros elementos para essa conversa e esse diálogo, continua defendendo que já foi deliberado de envolver o Tribunal de Contas em algumas questões, precisa envolver o Ministério Público, Tutela Coletiva, Proteção da Saúde,



não sei como é que ele chama esse núcleo, mas é trazer o Ministério Público convocar, tensionar o Ministério Público para que eles façam um diálogo conosco também, porque não dá para acreditar mais que está tudo bem. Fala das denúncias do hospital que não funciona, das Unidades de Saúde que não atendem, que são pequenas, que a população cresceu possa crescer, que a população cresceu, já sabemos. Deixa aqui como apontamento para que consigamos sair daqui talvez com isso provado convocar a equipe de transição para estar aqui nesse colegiado e convocarmos o Ministério Público sentido de fazer um e-mail, que pode fazer enquanto cidadão, mas acha que isso é uma responsabilidade do Conselho Municipal de Saúde é apontar isso. Cita quais apontamento fazer ao Ministério Público que o Conselho tem que fazer, assinado pelo Presidente e aprovado pelo colegiado. O Presidente pede para os Conselheiros sintetizar um pouco mais porque, a nossa pau está um pouco extensa deficiência e hoje temos o encerramento da reunião às 16 horas e precisamos respeitar esse horário regimental da Câmara. O Conselheiro Edson completa o que o Conselheiro Moisés está falando. Até porque a não convocação dos concursados está sobrecarregando os postos, porque teve uma demandada de muitas pessoas que estão no processo seletivo que não passaram e essas pessoas com medo de ser mandado embora a qualquer momento e os concursados estão sobrecarregado, hoje temos uma população em média 200 à 250 mil, o atual prefeito eleito está querendo colocar essa população para 750 mil pessoas, continuando dessa forma sem a convocação dos concursados o que será no ano que vem? O que será dele que estão se dedicando e fazendo sua parte sem suporte nenhum. Na próxima pauta tem até uma reclamação de um usuário, que não vai julgar os ACSs, mas isso é importante para vocês entender como essa questão estar sobrecarregando os nossos profissionais de saúde. O Presidente explica que o Conselheiro Marcelo tem uma reunião agora, por isso gostaria de antecipar o oitavo ponto e também o Conselheiro Moisés precisa sair para fazer prova. Temos nesse meio a aprovação da resolução de implantação dos Conselhos Locais. A Conselheira Denise diz que como eles precisam sair, ela tem uma fala muito importante que é relacionado aos dois. Diz que nós estamos aqui sempre cobrando muito, brigando, estamos com o nosso coração aflito por tantos problemas, mas quer dar mil parabéns ao mutirão de oftalmologia foi uma coisa extraordinária, uma organização espetacular, quem estava lá esperando nem conseguiu se acontecer, foram todos extremamente bem atendidos, eles estava pegando mil pessoas por dia com carinho, atenção e uma organização extraordinária mesmo, então mete o pau, brigo pra caramba, mas quer que fique registrado em ata, seus parabéns, dizer que tantas brigas a Conselheira Cláudia sofreu com ela com a cobrança do mutirão que foi aprovado pelo Conselho e eles não tinham menor competência, não faziam nunca, ouviram todos as suas cobranças, mas hoje quer dizer com seu coração bem quentinho. Parabéns da Secretaria de Saúde, Dra. Juliana que em tão pouco tempo tem nos orgulhado com o seu trabalho, nos trazer do orgulho de uma médica tão especial e técnica. Há deficiências na saúde gravíssimas que precisam ser vista com a máxima urgência, mas também precisamos saber homenagear, agradecer e reconhecer o trabalho tão bonito, foi realmente lindo. Passou um dia lá na tenda e ficou realmente impressionada com um feito bonito dessa gestão que está aqui hoje. Parabéns a todos. **Oitavo ponto da pauta:** Convite a Direção do Instituto GNOSIS ou um representante legal para esclarecimento sobre o pagamento da insalubridade, tanto dos dias atuais como os retroativo (Moisés). O Presidente diz que foi uma solicitação que foi enviada ao Instituto GNOSIS que respondeu através de ofício que foi lido no início dessa reunião e como solicitado pelo Conselheiro Moisés está franqueado a palavra. O Conselheiro Moisés agradece pela antecipação. Diz que recebeu a notícia que a reunião está sendo transmitida ao vivo pelo Facebook é um avanço assim conseguimos comunicar com mais pessoas. Sobre a insalubridade quer aproveitar que a Secretaria de Saúde está presente do Dra. Juliana é pelo seguinte; a GNOSIS teve aqui na figura do Felipe na última reunião e o Felipe falou que estava fazendo estudo técnico e tudo mais deixamos conseguindo em ata, que ele pudesse trazer esse planejamento, esse estudo de técnico, quando vai ser pago. Entendemos que envolve valores e não são poucos os valores, uma cifra considerada, envolvia todo um esforço contábil e financeiro entendemos tudo isso e aí ficou acordado o seguinte: Olha daqui a 30 dias e cabe ressaltar que a insalubridade ela começou a ser paga da forma correta dele de agosto, então desde agosto já sabe-se que tinha que pagar o retroativo, no mês passado outubro o Felipe teve aqui e falou que estava fazendo estudo. Falamos que mais trinta dias, você pode trazer o resultado desse estudo para podermos passar para quem mais interessa, que são os Agente Comunitários de Saúde e os Agente de Endemia. Ele responde não beleza e convidamos novamente ai ele respondeu por ofício, em cima disso a GNOSIS no ofício fala que está fazendo esse estudo em conjunto com a SMS, então queria aproveitar que Dra. Juliana está aqui, entender



se porventura existe algum impedimento da Secretaria Municipal de Saúde, e qual o grau de envolvimento da Secretaria Municipal de Saúde na resolução desse problema. Lê a parte do ofício respondido pela GNOSIS. E como ele fala que está sendo tratado em conjunto, queria saber qual o envolvimento e o nível de governabilidade que a SMS tem tanto no ponto de vista técnico financeiro e quanto do ponto de vista técnico jurídico. Essa seria sua pergunta em cima da resposta da GNOSIS e deixar registrado que também vai precisar se ausentar pede desculpa é por um motivo. Então quer deixar registrado que caso não tem resposta que faça esse convite novamente para que daqui a 30 dias, um pouquinho menos que a reunião vai ser antecipada, talvez tenhamos uma resposta de fato. A Conselheira Juliana deixar claro para os ACSs que todo pleito é ouvido pela gestão, teve oportunidade de conversar com a liderança de vocês e trazer que toda essa causa que é pleiteados por nós e garantida que o caminho para o ressarcimento dos valores de devidos anteriores, do ano de 24 anos e anos anteriores, estão sendo buscadas as medidas jurídicas legais para quem sejam firmado e só para explicar e contextualizar à Secretaria de Saúde ela possui governabilidade sobre a organização social. A organização social, tem autonomia de gestão, ela tem através de um contrato celebrar com SMS, autonomia jurídica para do realizar a gestão nas unidades de saúde nas quais compete o objeto do contrato e dentro disso todo o diálogo e toda a discussão, se dá através da Comissão de avaliação e fiscalização que é chamado de CAF e essa CAF é da Secretaria de Saúde, nós temos agentes técnicos, pessoas técnicas em contabilidade, jurídica administrativo para fazer todo empenho e análise de todas as prestações de contas. Isso não envolve apenas uma OS, mas todas as OSs e isso é prerrogativa de qualquer contrato de gestão e terceirização de serviços. Todo esse diálogo é feito com entre a organização social e a CAF que pertence à Secretaria Municipal de Saúde e nesse contexto todos os questionamentos, porque até a última reunião o que existia de necessidade de melhorias, eram questão das atualizações das planilhas de pagamento porque, precisamos entender que esse cálculo da insalubridade ele não está previsto em contrato tanto de 2020 a 2023 no entanto no ano de 2024 através da renovação com o termo auditivo esse valor passou a ser previsto. Então a partir da Renovação esse valor continha dentro da estruturação da organização social e ele vem sendo cobrado assim como dissídio, que apesar de não estar e soa, com muita estranheza, mas isso não estava na previsto em contrato e esse contrato ele tem mais de quatro anos, vem de um edital de um processo seletivo, de um certame de chamamento para OS, mas todos esses diálogos. eles foram sendo ajustados e sempre lembrando que o jurídico da Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e quaisquer estruturas de Secretariado é a Procuradoria Geral do município que é assessoria jurídica do Poder Executivo e todas essas discussões, elas são submetidas a PGM, à Procuradoria para respaldo do Secretário em pasta vigente, é ela. A deliberação, são valores muito elevados e para que esse valor seja elevado e ele tem substanciamento para todo o respaldo do Secretário, hoje precisamos que tudo isso seja documentado dentro da PGM. Na próxima segunda-feira, temos uma outra reunião para discutir não 2024, mas para discutir os valores que não são previstos em contrato referentes a 2020, 2021 e 2022 e o ano de 2023, na verdade até março de 23, porque são valores do cálculo da insalubridade que não estavam previstos no contrato e para que se faça toda essa documentação para que haja deliberação, precisa do respaldo, então atualizando da última para essa reunião o que faltava da organização social era os ajustes das planilhas e eles foram feitos e estão nesse momento em posse da comissão de avaliação e fiscalização da Secretaria de Saúde e a partir daí, de posse de todo esse material, submetemos à Procuradoria para que tenha todo respaldo além do documento, porque a Procuradoria faz uma documentação aprovando e dizendo a Secretária de Saúde, pode liberar o pagamento e cobrar que a organização social faça o pagamento e viemos fazendo ao longo do ano pelo menos desde quando ela assumiu que foi no início de março desse ano, já liberamos através da CAF, que tem uma Presidência, já deliberamos diversos ofícios cobrando essa adequação da insalubridade e também da questão dos reajustes vinculados ao dissídio. Então temos inúmeras cobranças e a OS responde somente em agosto quando de fato começa a execução do pagamento adequado da insalubridade. Então só para trazer para vocês que essa questão está sendo discutida com amparo legal para que todas as deliberações aconteçam e sejam confirmadas. Então esse assunto Moisés, todos os Agentes Comunitários que fazem o trabalho dentro da estrutura que têm e dão o melhor de si, não está sendo passado despercebido, estão na gestão, como é comum a todos até o final do mês de dezembro essas pautas, são pautas prioritárias, assim como outras pautas que nós temos para encerrar essa gestão de uma forma técnica, correta, limpa e transparente, porque o gestor público apesar de estar no nome de uma pessoa, é um CPF, mas a gestão é coletiva, nós precisamos de apoios técnicos de todas as áreas e precisamos, como sempre falou, do Conselho Municipal de Saúde, da participação Comunitária,



porque assim se constrói o SUS. O Conselheiro Moisés agradece à Conselheira Juliana pelo esclarecimento, diz que tem uma movimentação inclusive do ponto de vista trabalhista a partir do sindicato, mas quando você fala da Procuradoria esses órgãos de assessoramento do Executivo, mas já tem um parecer da Procuradoria dizendo que deve pagar a insalubridade e retroativa segundo esse parecer, não sabe se precisa de um novo parecer. Em cima disso você acha que é possível deixarmos pactuado, consignado em ata, que na próxima reunião possamos trazer algo mais concreto, reforça a necessidade da presença do Instituto GNOSIS entende que é algo solidário GNOSIS junto com a SMS para responder. A Conselheira Juliana diz que pode colocar como ponto de pauta, podemos trazer e novamente colocar o Instituto GNOSIS, acha que isso é uma obrigatoriedade, na sua opinião, de estar presente e trazermos o corpo técnico da Comissão de Avaliação e Fiscalização para trazer todo esclarecimento e é fato vamos trazer todo dinamismo para poder ter toda as resoluções até a próxima reunião para termos algo concreto, a partir de tal data vai ser feito liberação seja a partir de Janeiro ou a partir de 15 de dezembro, ou seja como uma data definida. O Conselheiro Moisés pede para deixar consignado em ata a convocação do Instituto GNOSIS e da Secretaria de Saúde e do seu corpo técnico jurídico (CAF). **Nono ponto da pauta:** Explanações seríssimas sobre descaso e negligência que estão acontecendo na UBS da Marilândia (Edson). O Presidente passa a palavra para o Conselheiro Edson que faz a leitura de um relato com vários casos ocorridos na Unidade de Saúde de Cordeirinho como: Demora nas marcações de consultas de rotina, dos pacientes terem que ir na Unidade de Saúde para marcar consulta, reclamação da não visitas dos Agentes de Saúde e falta de informação e comunicação da Unidade de Saúde junto à população. **Décimo:** Convite ao Subsecretário da Atenção Primária o Sr. Wilson Rodrigues de Souza Junior ou um representante legal (Edson). O Presidente diz que tanto nono e o décimo ponto da pauta o Conselheiro Edson, que solicitou que fosse unificado porque ele conseguir aglutinar esses dois pontos como uma pauta só. Passa a palavra o Subsecretário Wilson e o Conselheiro Edson diz que solicitou essa pauta porque estão acontecendo muitas reclamações, principalmente num determinado posto que vai ler um relato de um usuário. Sabemos as dificuldades que os ACSs têm, não sabe se eles conseguem levar as demandas e fazer as reclamações certas sem sofrer algum tipo de assédio moral. Porque muitos tem aquele anseio de não levar as demandas adiante para algum superior com medo de represália, sabemos que tem profissionais que se dedicam de verdade e tem outros que não. Após que ler o relato gostaria que vocês que têm o controle sobre essa questão de visitação e acompanhamento, porque o que vai falar é sobre uma paciente oncológica. Lê o relatório referente a Unidade de Saúde Marinelândia. Conclui dizendo que a Unidade não está passando o dia e horário das reuniões do Conselho gestor, que está passando todo relatório de reclamação da Unidade Marinelândia, que fará parte integrante dessa ata. Pergunta o que a Gestão tem para controlar e fiscalizar essas visitas porque isso é uma coisa recorrente não só na Unidade de Marinelândia, como a Conselheira Denise falou, temos muitos pacientes idosos e acamados que precisam desse acompanhamento. O Subsecretário Wilson diz que o Conselheiro colocou três pautas que para ele ficou um pouco confuso. A Atenção primária da saúde, ela é ordenadora de serviço. O sr. colocou que existe um tempo de espera absurda e depois colocou que é de uma a três semanas. O atendimento na Unidade básica de saúde é um atendimento eletivo, não é um atendimento emergencial. A unidade de saúde atende de duas formas, eletivo pela classificação onde a escuta dessa entrada não é feita por uma recepcionista, é feita muitas das vezes por um ACS que fica na porta que é ordenadora daquela região, que faz a primeira escuta e passa por vários profissionais até que se chegue ao médico com a qualificação da escuta do paciente, dentro dessa escuta o paciente é classificado, ordenado ou apresentado ao fluxo que ele determina, tal seja um paciente que dependa de outros programas. Explica sobre as classificações das consultas e suas urgências. Diz que a Gerente da Unidade Marinelândia é a Flávia, a Unidade passou por uma mudança de Gerente há um tempo atrás tendo uma reformulação para o fluxo de atendimento e quanto a marcação não tem dentro do cronograma falhas grandes em tempo de marcação, porque de uma a três semanas está dentro do cronograma nacional de marcação de consultas e acompanhamento, é claro que dentro do território do município de Maricá, sabemos que tem equipes onde houve um crescimento nos cadastros absurdo e muitas das vezes um ACS não consegue acompanhar, tem equipe com 4.500 cadastrados, vai ter 600 a 700 pessoas para poder fazer essa visita, a demanda programada deles vai ser estabelecida não somente por eles porque eles têm um cronograma deles de tempo de visita que é estabelecido pelo programa nacional. Depois você perguntou sobre a questão de como acompanhar essas visitas. A GNOSIS é a ordenadora, tem total amplitude no atendimento, ela acompanha pelo seu próprio sistema através de relatórios que são obtidos semanalmente ou mensalmente eles



conseguem acompanhar a produtividade de todas as profissionais, tanto dos ACSs, dos ADM, Técnica, da Enfermeira quanto do Médico. O Conselheiro Edson diz que como falou na denúncia do usuário, que poderia até provar porque tem câmera na sua casa, mostrar os dias e como você falou que o controle é feito através de relatório, sendo que na denúncia a ACS disse que fez 12 visitas quando na verdade tinha feito uma e se trata de uma paciente idosa e oncológica é uma coisa muito séria. O Subsecretário diz que quando se trata de um paciente oncológico, se ele já é diagnosticado na parte de oncologia já está na parte especializada, então ele faz a parte preventiva na atenção primária de atendimento e acolhimento, quando tem esses casos de oncologia a maioria eles chegam para ele como ouvidoria e ele como gestor da pasta da Atenção Primária faz a apuração não só nos sistemas muitas vezes vai até a unidade conversa com a Gerente e busca a resolutividade do atendimento e a produção da evolução daquela pessoas, algumas pessoas que tínhamos no passado demora na execução de determinados exames, já tínhamos exames que não conseguíamos fazer no Município e eles eram agendados para fora do município e esse agendamento tinha um gap grande de resolução, mas quanto a essa questão desse ACS falar que fez duas visitas quando na verdade ele fez uma outra quantidade, isso para ele chega com processo de ouvidoria e o que busca fazer essa evolução busca ativa tanto na unidade de saúde, quanto na GNOSIS e de acordo com o que apura faz o relatório de enquadramento desse ACS na questão do atendimento dessa profissional. Cita um caso de uma idosa do Vale da Figueira. Diz que quanto a Unidade Marinelândia tem muitas ouvidorias, mas essas ouvidorias não chegam para ele. Ela é acompanhada é mensurada, conseguimos mensurar, enquanto gerência e OS, porque quando vai buscar pede até para imprimir para ele a produção e consegue acompanhar isso, não sabe em particular essa questão que o Sr. está passando. O Conselheiro Edson pergunta se esse gritante aumento demográfico na cidade, que tem acontecido de 2020 pra cá, e a quantidade de ACSs que temos hoje, vocês já pararam para analisar como eles estão sobrecarregados para resolver toda essa questão, há necessidade apesar dos concursados serem convocados, ter um processo seletivo de apoio para poder ajudar? Porque a ideia é crescer ainda mais, se não está dando conta agora imagina daqui há dois ou três anos. O Subsecretário diz que a gestão não tem o mesmo tempo a qual a população cresce, ela cresce muito mais rápido, de uma forma que conseguimos administrar pensando numa memória de cálculo, quando terminamos esse cálculo já dobrou a população, então legalmente para que consiga atender, ampliar ou construir uma unidade de saúde, consegue construir muito mais fácil uma escola que uma unidade de saúde, isso tem sido um dilema no município, porque temos os relatos de unidades que estão precárias, unidades que estamos tentando há tempos ampliar ou reconstruir ou construir, temos o TCE que bloqueia determinadas situações, temos várias partes administrativas para que consigamos cumprir realmente o que pretendemos, ter um plano temos, agimos pelo plano, mas o tempo que temos para executar um plano administrativo é que temos muita burocracia pelo meio do caminho. O Conselheiro Edson diz que é até um absurdo chegar a ver um ACS chega a ter 4 mil cadastrados é complicado. O Subsecretário diz que nessa sobrecarga temos essa falta de visita, uma descompensação, entendemos sobre isso, tem unidade de saúde que não consegui colocar mais uma equipe, porque não cabe, então a ampliação da rede também favorece isso, enquanto não amplia os territórios não consegue ampliar as equipes. O Conselheiro Edson diz que enquanto a Atenção Básica não funcionar desanda tudo, sabe que a gestão tem um plano, mas se não tivermos uma solução nunca vamos conseguir chegar num denominador comum que é fazer a saúde de Maricá funcionar de verdade. O Subsecretário diz que na verdade, temos uma ampliação, hoje temos 59 equipes cadastradas, dentro dessas 59 equipes, hoje nós éramos para ter 75, mas não têm unidade de saúde que comporte 75 equipes, então vamos tentando ampliar da forma que conseguimos, por exemplo agora, estamos na dependência da inauguração da Unidade de Saúde de São Bento da Lagoa, que vai conseguir desafogar a Unidade do Barroco e a Unidade do Recanto que está com 7.587 inscritos, a abertura da Unidade do São Bento da Lagoa do Campo, sai deles 2 mil inscritos eles entram dentro do padrão de atendimento. A Unidade do Barroco tem 18 mil inscritos se parar para, apesar é desumano pelo atendimento. A Conselheira Denise até levou em consideração que precisamos ampliar, é uma Unidade que é alugada, não pode tratar nela uma ampliação, temos que repensar e criar espaço, mas ali não vai conseguir, com a Unidade de São Bento da Lagoa, tira duas equipes praticamente do Recanto, levo com essas equipes quase 11 mil inscritos para a Unidade São Bento da Lagoa, então o reequilíbrio de tudo isso tem um planejamento, que está seguindo o curso, o problema são as burocracias que encontramos para que tudo isso seja executado. O Conselheiro Edson diz que pegando a fala do Subsecretário pega como exemplo a Unidade Básica de Ponta Negra que absorve os bairros de



Ponta Negra, Jaconé, Bananal e Vale da Figueira, não seria viável ter uma subdivisão para poder desafogar tudo que está acontecendo na Unidade de Ponta Negra? O Subsecretário responde que é nascido em Ponta Negra, conhece as particularidades de Ponta Negra, já tentamos fazer uma descentralização da Unidade de Ponta Negra com Jaconé, existe o planejamento para isso, mas também temos o mesmo problema que temos no Recanto, tanto que Ponta Negra sobreviveu com duas equipes durante muito tempo e quando entrou na gestão ampliou para a terceira equipe junto com a Secretaria e colocou mais um médico de saúde, dos Mais Médicos para que pudesse atender determinadas livre demanda espontânea para poder não tem Impacto dentro da marcação, conseguindo regularizar o atendimento. Entende que o território é grande, que as pessoas têm muito a ter aquilo ali, cita os problemas e reclamações quando tiramos a Unidade de Saúde de Ponta Negra de onde era da parte antiga, inclusive aquela Unidade de Saúde é uma Unidade histórica, porque ela foi doada para o antigo IMANPS, antigo posto de atendimento, que foi doado pelo seu bisavô por isso tem muito orgulho de falar da saúde de Ponta Negra, que Ponta Negra foi um bairro despontado, quem cresceu mesmo foi Itaipuaçu onde teve um índice muito grande de crescimento por conta da proximidade com Niterói e São Gonçalo e Ponta Negra ficou territorizada entre Jaconé e Saquarema era muito longe e nem médico queria atender lá, com isso começamos a fortificar o atendimento, quando tiramos de onde estava e colocamos onde está, muitas das vezes estão reclamando de forma geral, de posicionamento de local, mas precisamos executar e entendemos isso como execução, entendemos que precisamos ampliar e fortalecer. Só que seu planejamento é um, as burocracias que precisamos vencer são outras, não posso dizer para o TCE hoje, libera aí que preciso construir, precisa do tempo deles para conseguir executar, infelizmente é o temos hoje, tanto que o Conselheiro Marcelo Rosa trouxe que temos um processo de ampliação de 15 unidades. Inclusive essas Unidades de Saúde, elas já estão sendo pensadas de uma forma que antes chegou até comentar com o grupo das pessoas que estavam fazendo o plano de carreiras, que antigamente tínhamos que era preciso construir um posto de saúde, era a mente de um gestor e construía com um consultório que é o que está acontecendo em Guaratiba é uma Unidade Básica que foi construída naquela época, só que nunca imaginou que fosse crescer a população como cresceu, então agora estamos fazendo diferente, hoje temos que pensar de quantos precisamos nessa Unidade, temos que pensar numa projeção de pelo menos 50% da população. Essas Unidades que estão sendo planejadas para serem construídas, já estão sendo construídas com mais de 05 consultórios pensando nessa progressão e Jaconé é uma delas. O Conselheiro Edson pergunta se há possibilidade da Unidade Básica de Saúde que estão distanciadas dos hospitais principais como o Conde e o Che terem uma ambulância específica baseada, porque tem a questão da pessoa chegar na Unidade e passar mal na hora, até ligar para a SAMU demoro muito e pode não dar tempo de salvar aquela vida, então gostaria de saber dessa possibilidade. O Subsecretário responde que a Unidade de ambulância ela não pode ficar parqueada numa Unidade Básica de Saúde porque essa não é a função dela, assim como foi falado no contrato a ambulância é estabelecida pela Urgência e Emergência a de Ponta Negra consta como a SAMU que está muito próxima, cita o problema que houve com o telefone da SAMU e com paciente na Unidade de Ponta Negra. Diz que todas as Unidades de Saúde estão sendo construídas com estacionamento das ambulâncias. Imagina se tivesse que fazer contrato de 29 ambulâncias para as Unidades de Saúde iamos ficar com ambulâncias ociosas porque nem todo dia ia ter atendimento, a descentralização do SAMU foi justamente para isso, para tentar pegar no primeiro Distrito, aquela região que é longínqua com 22 a 23 quilômetros até chegar no Conde não dar tempo de fazer, mas o SAMU foi pensada numa substituição dessa necessidade. O Presidente agradece a participação do Subsecretário Wilson. **Décimo Primeiro** Apreciação e aprovação da PAS 2024. **Décimo Primeiro** Apreciação e aprovação da PAS 2024. **Décimo segundo:** Eleição do Presidente da Comissão de Justiça e Ética, e o **Décimo terceiro:** Reformulação das Comissões do CMS-Maricá. O Presidente diz que esses dois pontos de pauta não têm como tratar hoje, haja vista o nosso plenário estar vazio, e também com relação a reformulação das comissões, sugere que deixe para o próximo ano, porque existem participantes aqui da gestão que também são figuras que estão participando da transição, não sabemos quem permanece ou não, então haja vista essa questão toda deixaria dois pontos para incluir na pauta de dezembro e incluiria eles para o ano que vem. **Décimo quarto:** Sugestão de pauta para próxima reunião. O Conselheiro Moisés solicita que convide o representante da GNOSIS e a Secretaria de Saúde para conclusão do assunto sobre o pagamento dos retroativos dos Agentes de Comunitários de Saúde, Convite a Comissão de Transição da FEMAR e aprovação do Calendário das reuniões de 2025. **Décimo quinto:** Informes Gerais: Não houve. Presidente agradece a todos pela



presença, encerra a reunião às 15:32h. (quinze horas e trinta e dois horas) convida a todos para nossa próxima reunião ordinária no dia 19 de dezembro, às 14h, nesse mesmo local, excelente tarde a todos. eu, Laudeci Costa, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que foi revisada pela Secretária Geral Anna Maria de Carvalho Quintanilha que, por expressar a verdade, dato e assinada juntamente aos Conselheiros presentes, Maricá, 28 de novembro de 2024.
XX

Bruno de Souza Lougon
Gestor – Sec. da Cidade Sustentável
Presidente

Laudeci Costa
Secretária Executiva

Antônio Carlos do Rego Souza
Usuário SINDSERV
Tesoureiro

Jorge Alberto Rispoli
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá
Vice Presidente

Ana Mayda Ordonez Vieira
Gestor – Sec. de Saúde

Juliana Nogueira dos Santos
Gestor – Sec. de Saúde

Rose Mary de Melo Bruce
Usuário – Ass. de Mord.de Cordeirinho
2º Distrito

Moisés Antônio de Melo Abrão
Usuário- Sindicato de Educação de Maricá

Marcos de Souza Pires
Ass. Médica de Maricá

Eliane Fontes de Araújo
Usuária - Grupo Humanos Diversidade LGBTI de Maricá

Leila Maia da Silva
Usuária – Templo Espiritualista ARUANDA

Edson Gonçalves de Oliveira
Usuário- União das Assoc. de Mor. de Maricá

Marcelo Rosa Fernandes
Gestor – Sec. de Saúde

Rodrigo Cantini
Ass. Médica de Maricá

Claudia Rogéria de Lima Souza
Gestor – Sec. de Saúde

Adriana Domingues Picanço
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá